

POR UMA JUAZEIRO

FETA PELA GENTE

PROJETO POLÍTICO DE ESQUERDA PARA JUAZEIRO DO NORTE



UNIDADE POPULAR CEARÁ

2024

Juazeiro do Norte é a terceira maior cidade do Estado do Ceará, um centro comercial e turístico que atrai milhões de pessoas por ano. Toda essa riqueza, no entanto, não é usada para benefício da maior parte da população, formada por trabalhadores precarizados obrigados a viver com menos de um salário mínimo por mês.

O presente documento tem como objetivo, portanto, apresentar um programa popular para Juazeiro do Norte, que abra possibilidade para que a classe trabalhadora de nosso município tenha mais acesso a riqueza aqui produzida e participe efetivamente da construção política desta que é uma das mais importantes cidades cearenses.

Todas as propostas aqui apresentadas foram elaboradas e escritas por comissões formadas pelos próprios filiados da Unidade Popular, sob coordenação do diretório municipal do Partido, e posteriormente votadas e aprovadas pelo conjunto da militância, de forma democrática e com ampla discussão.

Temos orgulho de apresentar o resultado de um ano de reuniões, plenárias, assim como muita pesquisa e reflexão sobre nosso município. Movidos por amor a Juazeiro do Norte e acreditando no potencial de sua classe trabalhadora tornamos público este conjunto de propostas que constituem uma agenda mínima de esquerda para nossa cidade.

***-DIRETÓRIO MUNICIPAL DA UNIDADE POPULAR PELO
SOCIALISMO EM JUAZEIRO DO NORTE***





EDUCAÇÃO



“Os números da educação em Juazeiro do Norte são reflexo, primeiramente, de uma falta de projeto de longo prazo, compromissado com o desenvolvimento integral da criança e do adolescente[...].”

DIAGNÓSTICO

Juazeiro do Norte conta com 92 escolas municipais de Ensino Infantil e Fundamental e tem aproximadamente 36.549 alunos matriculados. As instituições encontram diversos problemas estruturais, segundo dados do Qedu, apenas 56% contam com acessibilidade, 64% com bibliotecas, 42% com laboratório de informática, 15% com laboratório de ciências e apenas 60% estão ligadas a rede de esgoto.



A distorção Idade-Série é de 7,7% nos anos iniciais e de 18,8% nos anos finais do ensino Fundamental, chegando a alarmantes 24,5% no Ensino Médio. O nível de abandono nos anos Iniciais é de 0,44% (0,7% no 1º ano, 0,3% no 2º, 0,3% no 3º, 0,6% no 4º e 0,3% no 5º) e reprovação 1,99% (0% no 1º ano, 0% no 2º, 4,1% no 3º, 3,1% no 4º e 2,1% no 5º),

nos anos finais o abandono é de 2,16% (6º ano 3,1%, 7º ano 2,2% 8º ano 2,3%, 9º ano 0,8%) e 5,9% de reprovação (6º ano 7,4%, 7º ano 5,7% 8º ano 4,2%, 9º ano 2,4%).

Vemos, portanto, que o município não conseguiu atingir a meta definida pelo Plano Nacional de Educação de garantir que 95% dos estudantes concluam o Ensino Fundamental na idade certa.

A situação das creches é grave, segundo dados da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal em seu relatório Primeira Infância Primeiro, Juazeiro do Norte tem um Índice de Necessidade de Creche (INC) de 53,60% e sua cobertura é de 36,17%, considerada abaixo da média nacional. **A meta 1, respectivamente, dos Planos Nacional de Educação, Estadual de Educação e Municipal de Educação preveem até 2024 uma cobertura de 50%.**

Os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), índice do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é de 5,5 nos Anos Iniciais e 4,8 nos anos finais. O município ficou aquém das metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação, que são 6,0 para os anos iniciais e 5,5 para os anos finais.

Desigualdades sociais e raciais interferem nesses resultados, pois o nível de aprendizagem para os alunos de maior nível socioeconômico é de 59% para português e 41% para Matemática, enquanto nos grupos de baixo nível socioeconômico é de 45% para português e 25% para Matemática. Entre brancos e negros a diferença também se manifesta: Alunos negros tem taxa de aprendizagem de 38%

em português e 23% em Matemática, enquanto brancos tem 55% em português e 35% em Matemática. As desigualdades sociais se reproduzem na aprendizagem e a escola é insuficiente para sanar esse problema, é necessária a ação de diversos setores para resolução desse problema crônico que impede que Juazeiro do Norte atinja a meta do PNE de igualar os níveis de aprendizagem entre negros e brancos.

A pandemia afetou brutalmente os níveis de aprendizagem adequada dos estudantes, esse número estava em 52% para Português e 33% pra Matemática em 2019, tendo elevado, respectivamente, 7 e 4 pontos em relação a medição anterior de 2017, no ano de 2021, no entanto, o número caiu para 50% Português e 27% Matemática.

Nos anos finais o quadro também é devastador. De 2017 para 2019 os níveis aumentaram de 37% para 41% em Português e de 16% para 18% em Matemática, porém durante a pandemia, em 2021, caíram, respectivamente, para 36% e 15%.

Os números da educação em Juazeiro do Norte são reflexo, primeiramente, de uma falta de projeto de longo prazo, compromissado com o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, assim como é de natureza estrutural, resultado colateral da brutal desigualdade social e de renda que afeta o município, onde 42% da população vive apenas com um salário mínimo e outras 14 mil famílias vivem na extrema-pobreza.



MOVIMENTO ESTUDANTIL

CONHEÇA OS MOV. ESTUDANTIS QUE CONSTROEM A UNIDADE POPULAR

Com um papel social histórico em nosso país, o movimento estudantil é responsável pela luta contra a repressão da ditadura militar de 1964 - 1985 e hoje é a vanguarda de grande parte da luta pela vida dos jovens brasileiros.

Criado em 2017, o Movimento Correnteza atua nas universidades públicas e particulares de todo o Brasil, constrói a principal força de oposição dentro da União Nacional dos Estudantes.

Rebele-se é o movimento estudantil secundarista, atuando nas escolas. Compõe grêmios e luta por uma educação pública de qualidade. Hoje constrói a UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.



PROPOSTAS

1. EDUCAÇÃO INTEGRAL, NÃO APENAS EM TEMPO INTEGRAL!

Muito se fala em educação em tempo integral, como solução natural e automática para todos os problemas da juventude e da escola. Consideramos, no entanto, esse pensamento simplista.

Primeiramente, educação em tempo integral e educação integral são distintas: Educação integral se refere a uma escola com foco no desenvolvimento do aluno enquanto pessoa, integralmente, em seus aspectos social, estético, intelectual e profissional. Para o pensamento da escola integral é importantíssimo a educação artística, ciências humanas, naturais, educação física, jogos, etc. A Educação em tempo integral, por outro lado, se refere a escola com funcionamento diurno, onde o aluno passa ali o dia inteiro.

Uma escola pode ser de tempo integral, sem contar com educação integral, assim como uma escola pode ter turmas matutinas, vespertinas e noturnas e contar com educação integral.



Em 2022 foi aprovada a Lei nº 17.995/2022 na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará que prevê a universalização das escolas em tempo integral nas redes municipais de ensino até 2026. Não somos contra a escola em tempo integral e defendemos sua importância na vida dos estudantes, mas compreendemos que o aluno passar mais tempo na escola não implica em melhor rendimento ou melhor desenvolvimento.

É necessário que exista Ensino Integral na Escola em Tempo Integral. Nesse sentido propomos:

1.1. Reforma e expansão das escolas, para que possam comportar refeitórios, maiores bibliotecas e espaços para atividades diversificadas, como preveem a Estratégia 6.1 do Plano Nacional de Educação (PNE) e Estratégia 2.19 da Meta 2 do Plano Estadual de Educação (PEE).

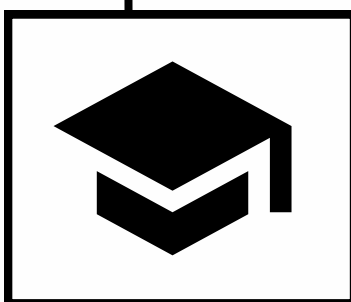
1.2. Valorização da educação artística: Contratação de professores de artes com especialização em teatro, artes visuais, literatura e música para diversificar a oferta de ensino de artes na escola.

1.3. Divisão de turnos em Geral e específico. O turno geral será o da manhã, em que todos os estudantes terão as disciplinas tradicionais com a carga horária atual. O turno específico será o da tarde, onde devem ser elaboradas atividades como grupos de estudo, teatro, música, ilustração, debate, xadrez, entre outros, que serão escolhidos pelos alunos, que participarão durante o ano, sob a tutela de um professor ou professora, com exceção da atividade "Orientação de Estudos", que é obrigatória.

1.4. Na atividade Obrigatória "Orientação de estudos" serão analisadas as matérias onde o aluno ou aluna enfrenta mais dificuldade e será construído um calendário individual para cada um (a) baseando-se nesse dado, onde um professor da escola que ministre a disciplina dará aulas extras focadas em auxiliar na superação das dificuldades individuais. Esses estudantes serão organizados em grupos, divididos por disciplina e série. Todos os alunos devem estar em pelo menos um grupo de orientação de estudos. A importância da criação de mecanismos de acompanhamento individualizado dos alunos é reforçada pela Estratégia 2.3 da Meta 2 do Plano Nacional de Educação (PNE) e Estratégias 2.2 e 2.10 da Meta 2 do Plano Estadual de Educação (PEE).

1.5. Cada aluno pode escolher até duas atividades no turno específico além da obrigatória "Orientação de estudos".

1.6. Integração da escola com os aparelhos do município: Os grupos escolares de teatro, música, etc. devem apresentar, todos os anos, um trabalho em eventos que deverão ser organizados pela Secretaria de Educação em trabalho conjunto com a Secretaria de Cultura de acordo com a estratégia 2.8 da Meta 2 do Plano Nacional de Educação (PNE) e estratégia 2.14 da Meta 2 do Plano Estadual de Educação (PEE).



1.7. Nos campeonatos interclasse de esportes devem concorrer as equipes e grupos formados nos turnos específicos das escolas. As equipes esportivas de cada instituição são anuais e permanentes, os alunos, no ato da matrícula, escolhem participar do grupo de futsal ou outra modalidade e irão assistir e praticar aulas três vezes por semana.

1.8. Todos os grupos de atividades complementares dos turnos específicos das escolas irão contar com atividades interclasse anuais que irão ocorrer nos espaços de aparelhos do município.

2. DEMOCRACIA NA ESCOLA: ELEIÇÃO PARA DIRETORES.

Nos últimos anos vivemos um avanço neoliberal na administração pública e isso resultou em uma restrição cada vez maior a participação popular e a construção democrática, onde técnicos determinam a secretarias escolares cumprem. Consideramos isso inapropriado. Evidentemente que os técnicos têm um papel, mas seu papel é ajudar a cumprir a demanda popular, não censura-la!

Consideramos a indicação dos diretores escolares um importante primeiro passo para a construção de uma Escola Popular e democrática, onde professores, funcionários e alunos possam colaborar para sua construção. Nesse sentido propomos:

2.1. Eleição para diretores escolares com mandatos de três anos, podendo se candidatar qualquer professor efetivo e funcionário estável, visando fortalecer e aprofundar o estabelecido pela estratégia 7 da meta 19 do Plano Municipal de Educação (PME)

2.2. O diretor escolar poderá ser removido do cargo por crime administrativo ou por abaixo-assinado do corpo escolar.

2.3. O diretor escolar terá assento permanente no grupo de elaboração de formação continuada.

2.4. O prefeito, em caso de retirada do diretor do cargo, deverá justificar, no ato publicado em diário oficial, a justificativa da ação.

2.5. Retirar as empresas terceirizadas da administração das escolas e do planejamento da formação continuada dos professores.



3. CONFERÊNCIA DE EDUCADORES E ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO NA EDUCAÇÃO.

Um de nossos princípios é o do empoderamento daqueles e daquelas que trabalham e estudam na escola. É temerário e antidemocrático o princípio que se estabeleceu nos últimos anos, de que as escolas devem seguir de forma acrítica os mandos de técnicos que, muitas vezes, sequer pisaram em uma instituição escolar.

O Plano Municipal de Educação prevê, em sua Meta 19 a implementação da gestão democrática da escola, as estratégias ali estabelecidas, já bastante limitadas, não foram tiradas do papel. É nosso intento, portanto, aplicar plenamente os princípios do PME e expandi-los.

3.1. Parte do investimento para a educação ser decidido, anualmente, pela própria comunidade escolar através do orçamento participativo, sendo sua destinação proposta e aprovada pelos próprios educadores, alunos e funcionários das escolas.

3.2. Fórum de formação continuada por área. Seriam indicados pelos diretores escolares democraticamente eleitos representantes por disciplina, que se reuniriam durante um mês para decidir quais seriam os eixos dos cursos e palestras de formação continuada para o ano.

O Conselho Municipal de Educação acompanharia este trabalho e o encaminharia para a Secretaria de Educação, que o executaria. Esta proposta visa o aprofundamento da estratégia 6 da meta 19 do Plano Municipal de Educação (PME).

4. VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

Segundo dados do ministério do Turismo, Juazeiro do Norte recebe em média 2,5 milhões de turistas, quase oito vezes a população local. O setor turístico e hoteleiro é, portanto, muito forte na cidade, assim como o comércio é aquecido anualmente pela visita dos milhões de romeiros e turistas.

Contudo, para uma cidade que é um polo turístico, Juazeiro do Norte cuida muito mal de seu patrimônio cultural, que serve tanto para a visitação dos turistas quanto para a educação patrimonial e cultural de seus habitantes. O Museu Memorial Padre Cícero ficou fechado durante três anos, de 2020 até 2023, primeiramente devido a pandemia de covid-19, posteriormente pela deficiência na estrutura.

Consideramos lastimável que não seja acessível para as crianças e adolescentes de nosso município o conhecimento de uma de suas maiores riquezas: A cultura, que traz até aqui milhões de pessoas de todo o Brasil anualmente. Nossos jovens ficam alheios a sua própria História e ao arcabouço sociocultural de nossa cidade. Nesse sentido defendemos:

4.1. Fortalecimento da formação continuada de professores de História e Geografia na História e conhecimento espacial da cidade de Juazeiro, o que incluirá cursos semanais de dois meses, planejamentos acompanhados e reformulação do material didático, para que seja mais amplo e inclua elementos mais críticos e menos monumentalistas.

4.2. Parcerias com os Departamentos de Turismo, História, Geografia, Pedagogia e Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri para elaboração dos cursos de formação continuada, assim como para a elaboração de um plano de valorização patrimônio material e imaterial de nossa cidade.

4.3. O Plano deve ser elaborado em até um ano, com aplicação prevista para o ano seguinte.

4.4. Obrigatoriedade de um calendário de aulas de campo ao Museu Memorial Padre Cícero e outros pontos da cidade para todas as Escolas de Ensino Fundamental do Município.

4.5. Estabelecimento do Programa de Educação Histórico-Patrimonial, que será um departamento da Secretaria de Educação nos espaços museológicos da cidade que contarão com Professores formados em Licenciatura em História para atuar como guias nos museus e de forma itinerante nas escolas ministrando oficinas relacionadas ao tema.

Os departamentos ligados ao Programa deverão apresentar planos anuais de atuação. Os profissionais do programa serão, emergencialmente, contratados no primeiro ano, com previsão de edital para provimento de vagas em caráter efetivo nos anos posteriores. O objetivo da proposta é implementar e consolidar a estratégia 8 da meta 2 do Plano Municipal de Educação (PME).

5. EDUCAÇÃO SEXUAL E COMBATE AO RACISMO E LGBTFOBIA NAS ESCOLAS.

Segundo dados do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDA), Juazeiro do Norte tinha, em 2019, 1.074 crianças acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo (Paefi), sendo a maioria menores de 12 anos (745).

Outra questão urgente é o preconceito contra pessoas LGBT nas escolas. Segundo a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016), 60% dos adolescentes LGBT não se sentem confortáveis no ambiente escolar e 64% desconhecem os mecanismos de denúncia e proteção. Juazeiro do Norte demonstra na prática que não é uma preocupação o conforto de pessoas LGBT, tendo sua câmara de vereadores aprovado em 2018 a terrível lei 4.853, que proíbe a educação para a diversidade, sob a justificativa de que isso caracterizaria “ideologia de gênero”.

O que acontece em Juazeiro apenas reproduz a conjuntura estadual. Em 2019 foi adicionado ao Art 3º do Plano Estadual de Educação (PEE) o item XV que “impede, sob quaisquer pretextos, a utilização de ideologia de gênero na educação estadual.”. Chamar a educação para a diversidade, que ensine o respeito a pessoas LGBT e transforme as escolas em espaços seguros para esse grupo, de “Ideologia de gênero” é a forma encontrada por políticos reacionários para travar debates sobre direitos das pessoas gays, lésbicas, bissexuais e trans no espaço público.

Portanto em nossos dias tanto o governo do Estado, quanto o governo municipal de Juazeiro do Norte proíbem debater o respeito a pessoas LGBT na escola. O que é grave e em nada colabora com o respeito a essas pessoas. Importante salientar também que a lei municipal de 4.853/2018 também impede a educação sexual nas escolas do município.

Medidas de pânico moral como o item XV do art.3º do PEE e a lei 4.583/2018 vão à contramão tanto do PNE, de outros artigos do PEE, quanto do PME. A estratégia 2.4 da meta 2 do PNE afirma o compromisso do governo federal, em parceria com os governos estaduais e municipais, em tornar a escola um espaço seguro e confortável para os alunos em sua diversidade, assim como a estratégia 2.11 da meta 2 do PEE e a meta 2 do PME. Como tornar a escola segura para os estudantes em sua diversidade se uma parcela deles e delas é impedida de se manifestar?

Não discutir o respeito a pessoas LGBT, assim como não fornecer educação sexual na escola favorece a maior evasão, quanto torna as crianças vulneráveis a aliciamento de possíveis criminosos.

Nossa região vivencia também um aumento das comunidades de terreiro, que sempre existiram, mas que nos últimos dez anos passaram por crescimento exponencial. Localizados, muitas vezes, em regiões periféricas de Juazeiro, prosperam dezenas de terreiros de umbanda e candomblé que enfrentam ainda muito preconceito e ataques baseados em um senso comum racista, tendo em vista a origem afro-brasileira dessa religiosidade.

A lei 10.639/2003 prevê que a valorização da História da África e cultura afro-brasileira sejam temas do ensino básico, tanto através de disciplinas específicas, quanto de forma transversal, no entanto tal lei é letra morta e tais conteúdos caracterizados como mera formalidade no planejamento docente.

Nesse sentido propomos:

5.1. Revogação imediata da lei 4.583/2018 que criminaliza o ensino para a diversidade nas escolas municipais de Juazeiro do Norte.

5.2. Programa de incentivo a educação afro-brasileira nas escolas, em que serão distribuídos materiais paradidáticos produzidos por artistas locais voltados à valorização da cultura afrodescendente e História da África.

5.3. Educação para a diversidade: Formação para que professores saibam lidar com as características específicas da formação da identidade de cada estudante, como elementos étnicos, de gênero e orientação sexual.

5.4. Parcerias com o Conselho de políticas para a população LGBT para elaboração de estratégias de combate à LGBTfobia nas escolas de ensino fundamental e médio nos limites de nosso município.

5.4. Pela Implementação da Lei 10.639/2003 que obriga o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira e indígena em todas as escolas. Objetivo: Contar a verdadeira história da cultura africana, afro-brasileira e indígena, fortalecendo a consciência e identidade racial da população negra Brasileira;

6. ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA PARA PROFESSORES E ALUNOS.

Os professores constituem uma das categorias mais psicologicamente vulneráveis de nosso país, segundo dados da UNICEF Brasil 72% dos docentes brasileiros enfrentam problemas de saúde mental em algum nível. O problema dos professores é de natureza estrutural: As escolas tem problemas físicos sérios, existe sobrecarga de trabalho burocrático, salas superlotadas e a percepção sociocultural de que o professor é um “herói”, alguém que se sacrifica, não um trabalhador, assim o profissional da educação é pressionado a assumir tarefas que



não são suas, sob a ameaça de ser deslegitimado e ter a percepção de sua competência comprometida.

Sobre os alunos da escola pública recaem diferentes problemas, desde a pressão exercida por um método avaliativo escolar baseado em competitividade e punição até as condições sociais das quais é oriundo o estudante, além de elementos identitários específicos, como identidade de gênero, raça, etnia, sexualidade, etc. A escola, tampouco um psicólogo, é capaz de resolver esses problemas, a perspectiva de que a instituição escolar é capaz de fornecer as ferramentas para que sejam superadas as desigualdades sociais é uma fantasia neoliberal que vem se provando falsa com o passar das décadas, no entanto a escola deve fazer todo o possível para que, enquanto em suas dependências, o discente se sinta confortável, protegido e acolhido. Nesse sentido propomos:

6.1. Parcerias com os departamentos de psicologia da região do Cariri para fornecer em curto prazo atendimento psicológico nas escolas municipais de Juazeiro do Norte.

6.2. Construir, em médio prazo, um programa de assistência psicológica para professores e alunos consistente, com profissionais concursados e lotados nas instituições escolares, nos termos da lei 13.935/2019.

6.3. Fortalecer a presença dos conselhos tutelares nas escolas.

7. UNIVERSALIZAÇÃO DAS CRECHES EM TEMPO INTEGRAL.

As creches são fundamentais não apenas para o Ensino Infantil e para o desenvolvimento da criança, mas também para a saúde da família, pois em um país em que, segundo pesquisa do Grupo Globo, 47% das famílias são chefiadas por mulheres a socialização do trabalho materno é fundamental.

As crianças em idade pré-escolar são profundamente dependentes dos pais, principalmente da mãe, portanto é vital oferecer as mulheres as melhores oportunidades e possibilidades de prosseguir com seus estudos e poder trabalhar tranquilamente. As creches são fundamentais nesse sentido e as Metas Um dos Planos Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de Educação preveem a universalização das creches, com 50% delas em tempo integral, até 2024.

Juazeiro do Norte está distante de atingir este objetivo, tendo 36% de cobertura de creches, a diminuição do investimento em ensino infantil por parte do Governo Federal a partir de 2016, atingindo o ponto mais baixo em 2022, teve um papel nesse processo. Nesse sentido propomos:

7.1. Construção de novas creches e aceleração da instalação de instituições de tempo integral do tipo

7.2. Estudo dos bairros mais vulneráveis e com maior urgência de creches para dar prioridade a esses espaços na instalação do Tempo Integral.

7.3. Aumentar as vagas de psicopedagogos e fortalecer programas de incentivo a formação continuada de professoras dos anos iniciais e pré-escola.

8. CAFÉ DA MANHÃ NA ESCOLA!

A escola deve adequar-se as condições concretas da comunidade na qual está inserida e Juazeiro do Norte enfrenta um grave problema de insegurança alimentar. Na última estatística liberada pelo Cadastro Único em 2019, 14 mil famílias juazeirenses viviam na extrema-pobreza e 42% da população vive com apenas um salário mínimo. Com a crise oriunda da pandemia e dos ataques do governo Bolsonaro às políticas sociais é de se imaginar que esse número tenha aumentado, no entanto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social não tem esses dados

Diante da situação de profunda vulnerabilidade social de parcela importante da classe trabalhadora de Juazeiro do Norte e da perspectiva de universalização das escolas de tempo integral no município, propomos:

8.1. Que as crianças e adolescentes, ao chegarem à escola pela manhã, tenham acesso a mais uma refeição escolar, para iniciar o dia bem alimentadas e com energia para a jornada diária de estudo.



8.2. Construção e/ou fortalecimento de mecanismos de coleta de dados da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte para mapear os locais mais atingidos pela insegurança alimentar. Essas informações deverão servir para o planejamento de programas educacionais especiais voltados a estas áreas, assim como para direcionar mais recursos para as instituições escolares da região.





SAÚDE

“Um dos maiores desafios para os gestores do SUS é, sem dúvida, o subfinanciamento da saúde. No entanto, quando a escassez de recursos se soma à inabilidade gerencial e política, há uma potencialização da ineficiência, tornando-se o sistema incapaz de promover políticas de planejamento e sistematização dos recursos em saúde.”



DIAGNÓSTICO

A Unidade Popular pelo Socialismo fez uma análise da atual situação da saúde no município de Juazeiro do Norte, partindo da análise técnica de profissionais de saúde que atuam e atuaram no município e, principalmente, com a colaboração de parte da população juazeirense.

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal de 1988, é o sistema que rege

as políticas públicas de saúde do Brasil. É através dele que as ações em saúde são implementadas em todos os municípios brasileiros, seguindo sempre os princípios da Universalidade, Equidade e Integralidade.

Juazeiro do Norte, situada na região do Cariri cearense, possui uma população de 278.264 habitantes (estimativa de 2021) e no ano de 2020

possuía uma renda per capita de R\$ 17.354,57, classificando a cidade como uma das mais ricas do estado do Ceará. No entanto, toda essa riqueza não reflete na qualidade de vida e de saúde da população do município. Denúncias nos meios de comunicação em relação a má qualidade de assistência em saúde são rotina entre os moradores de Juazeiro do Norte.

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES), Juazeiro do Norte conta hoje com apenas 70 estabelecimentos de saúde sob a gestão municipal, entre hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Essa oferta de serviços está longe de contemplar as demandas de saúde da população, que enfrentam diariamente problemas como filas intermináveis para marcação de exames, dificuldade no encaminhamento em diferentes especialidades médicas, precarização das equipes assistenciais nas Unidades Básicas de Saúde, incompetência na gestão de saúde mental, não cumprimento da distribuição de medicações da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

Um dos maiores desafios para os gestores do SUS é, sem dúvida, o subfinanciamento da saúde. No entanto, quando a escassez de recursos se soma à inabilidade gerencial e política, há uma potencialização da ineficiência, tornando-se o sistema incapaz de promover políticas de planejamento e sistematização dos recursos em saúde.

É imperativa a vigilância e fiscalização das políticas públicas de saúde, em especial aquelas que afetam a população mais vulnerável. Vivenciar o trabalho em saúde é observar as diferentes demandas em saúde da população, promovendo um equilíbrio entre os serviços e as necessidades prioritárias dos usuários do SUS.

Fica evidente o descaso promovido por anos de governos antidemocráticos e não populares, que se beneficiam das trocas político-partidárias em detrimento da população juazeirense. Faz-se necessária uma ampla reformulação e revisão das prioridades com os gastos municipais em saúde, tornando-os mais efetivos, de maneira que possam garantir uma mais ampla assistência em saúde para a população.

Entendemos também que a construção, defesa, consolidação e efetivação do SUS se faz com forte participação popular. Propomos a ampliação da participação e do gerenciamento da comunidade nas políticas públicas municipais de saúde através do Conselho Municipal de Saúde, por meio do diálogo com lideranças comunitárias, associações de bairro e moradores.

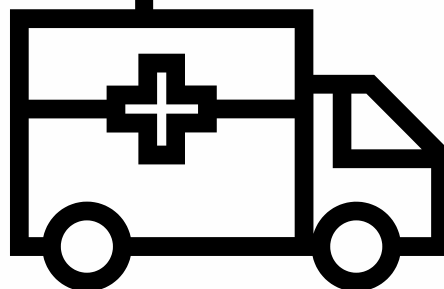
No campo da saúde mental, é necessário entender que o adoecimento mental não é um fenômeno exclusivamente médico e biológico, mas que está diretamente ligado às condições materiais de vida da classe trabalhadora. O avanço do neoliberalismo, com cargas de trabalho cada vez mais exaustivas, a potencialização do individualismo e a destruição do senso de coletividade e comunidade são fatores que potencializam a manifestação do que hoje se descreve como depressão, ansiedade, abuso de substâncias, dentre outras mazelas psíquicas que assolam a população, e que são remediadas paliativamente por meio de medicações.

Dessa forma, a Unidade Popular para o Socialismo, traz as seguintes propostas de saúde pública para o município de Juazeiro do Norte:

1.1. Observar a saúde como direito de todos e dever do Estado, promovendo ampla cobertura na Rede de Atenção Básica. Para realização dessa proposta, é importante o cumprimento dos seguintes pontos:

a) cumprimento integral do piso salarial da Enfermagem;

b) garantia de equipe mínima de profissionais em todas as UBS (Médico, Enfermeiro, Dentista, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem) todos com salários equiparados com os pisos de suas categorias;



c) garantir o acesso às medicações do RENAME nas farmácias das UBS;

d) propor a descentralização dos processos em saúde, como marcação de exames, encaminhamento para rede especializada e procedimentos de baixa complexidade;

e) garantir a qualidade da infraestrutura de todas as UBS;

f) consolidar uma política de saúde bucal nas Unidades Básicas de Saúde e em outros níveis de atenção, entendendo a complexidade e importância de sua atuação que vai muito além de consultas ambulatoriais e procedimentos odontológicos.

2. SAÚDE MENTAL

2.1. implementar a atenção básica e preventiva em saúde mental, garantindo o fortalecimento dos espaços de convivência comunitária, em parceria com a Assistência Social nos CRAS e CREAS, através do fortalecimento da rede de atenção psicossocial;

2.2. garantir o financiamento dos CAPS, equipes completas e qualificadas com atendimento humanizado e infraestrutura adequada;

2.3. implementar políticas de redução de danos para as pessoas com problemas de abuso de substâncias, assim como a garantia de emprego e renda;

2.4. denunciar as violações de direitos humanos que ocorrem nas chamadas "comunidades terapêuticas", que representam o que há de mais atrasado e ineficiente no tratamento da dependência química, e garantir que o financiamento público que vai para esses estabelecimentos retorne para as mãos do poder público, sendo redirecionado para políticas modernas e eficazes;

2.5. garantir o acesso a medicações psiquiátricas modernas de forma gratuita pelo SUS, substituindo as medicações antigas que trazem uma miríade de efeitos colaterais indesejados.

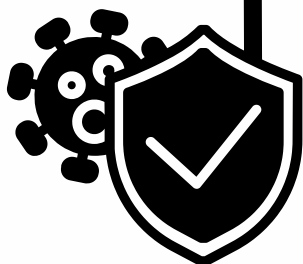
3.1. Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde, garantindo a participação da população nas decisões que afetam diretamente a sua vida.

4.1. Incentivar a educação continuada pelos profissionais de saúde, instituindo um centro municipal de capacitação para os profissionais em saúde.

5. REDE DE ESPECIALIDADES

A rede integrada de saúde necessita muitas vezes referenciar pacientes para atenção secundária e terciária de saúde. Nesse sentido, propomos:

5.1. requalificar o Centro de Infectologia de Juazeiro do Norte, incentivando o cuidado, prevenção e tratamento das demandas dessa especialidade;



5.2. implementação do Centro de Especialidades Médicas Municipal, com enfoque nas especialidades com maior demanda: Neurologia (adulto e infantil), Ginecologia, Cirurgia Geral, Pediatria, Dermatologia, Ortopedia, Psiquiatria, Reumatologia e Planejamento familiar);

5.3. ampliar a rede de assistência terapêutica do município, integrando terapias de reabilitação e prevenção em saúde (Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Psicologia).

5.4. instituir uma subpasta como foco específico na saúde da população LGBTQIAP+, buscando qualificar profissionais da saúde e de outras áreas no atendimento dessa população, compartilhando saberes e experiências, para acolher as demandas em saúde.

6.1. Revisão salarial para os profissionais da saúde, cumprindo direitos trabalhistas, como insalubridade para todos os profissionais da saúde e piso salarial das categorias.

7.1. Rever a política gestora das Unidades de Saúde como UPAS e Hospitais, visando o gerenciamento direto pelo município e descontinuando a ineficaz e não democrática gestão desses estabelecimentos por empresas terceirizadas e IOS.

8.1. Garantir o aborto legal para todas as pessoas que o busquem, dentro dos casos já garantidos na lei brasileira.

9.1. Promoção de Saúde da População Negra. Objetivo: Garantir mais acesso e melhor tratamento da população negra à saúde pública, impedindo a discriminação racial e promovendo igualdade do acesso;





SEGURANÇA PÚBLICA

"O quadro de funcionários da pasta é insuficiente para atender as necessidades de cobertura de todos os bairros de Juazeiro do Norte, deixando muitas regiões desamparadas."



DIAGNÓSTICO

Podemos definir a segurança pública como um conjunto de dispositivos e de medidas de precaução que asseguram a população de estar livre do perigo, de danos e riscos eventuais à vida e ao patrimônio. É também um conjunto de processos políticos e jurídicos destinados a garantir a ordem pública na convivência pacífica dos seres humanos na sociedade.

Ela não se trata, ou não deveria se tratar, apenas com medidas repressivas e de vigilância, mas com um sistema integrado e otimizado envolvendo instrumentos de coação, justiça, defesa dos direitos, saúde e social. O processo de segurança pública se inicia pela prevenção e finda na reparação do dano, no tratamento das causas e na reinclusão na sociedade do autor do ilícito.

A cidade de Juazeiro do Norte, conta, hoje, com 276.264 moradores, de acordo com o censo realizado em 2020. O município é composto por 12 bairros, que incluem a área urbana e rural. Atualmente, a Secretaria de Segurança Pública de Juazeiro do Norte (SESP), é a responsável pela manutenção da segurança e bem-estar da população juazeirense.

A secretaria é dividida em 4 setores: Guarda Civil Metropolitana, Defesa Civil, Patrulha Maria da Penha e Junta Militar. Como departamento integrado à secretaria, temos o Departamento Municipal de Trânsito, o Demutran.

Enquanto projeto, a SESP desenvolve a Patrulha Maria da Penha, que faz o acompanhamento de mulheres com medidas protetivas, e a Ronda Ostensiva e Protetivas Escolares, onde há o deslocamento da guarda civil para proteção dos estudantes de nível fundamental, médio e infantil. De atividades internas, nos últimos anos, foram realizadas ações pontuais de formação interna da equipe, estas sendo direcionadas apenas em meses comemorativos, como março, julho e novembro, compreendendo o debate sobre gênero e racismo de forma supérflua.

Mas, como se encontra Juazeiro do Norte?

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nossa cidade ocupa a 8ª posição entre as mais violentas do país. Em média, ocorrem 190 homicídios no município, destes, cerca de 65% são de pessoas negras. Ainda, a cidade, apesar de estar localizada na 2ª maior região do Ceará, não possui uma casa abrigo para acolher mulheres em situação de violência. Em média, são relatados cerca de 12 feminicídios por ano em Juazeiro do Norte.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nossa cidade ocupa a 8ª posição entre as mais violentas do país. Em média, ocorrem 190 homicídios no município, destes, cerca de 65% são de pessoas negras. Ainda, a cidade, apesar de estar localizada na 2ª maior região do Ceará, não possui uma casa abrigo para acolher mulheres em situação de violência. Em média, são relatados cerca de 12 feminicídios por ano em Juazeiro do Norte.

Os bairros carecem de boa iluminação pública, especialmente os mais afastados da zona central, como Betolândia, Frei Damião, Parque São Geraldo, João Cabral, Pio XII, e as Zonas Rurais. Não há formação contínua das equipes responsáveis pela segurança envolvendo temas como racismo e violência de gênero, para além dos meses de alusão às datas.

O quadro de funcionários da pasta é insuficiente para atender as necessidades de cobertura de todos os bairros de Juazeiro do Norte, deixando muitas regiões desamparadas. Além disso, há uma forte ideia - errônea - de que a guarda civil deve estar em posse de armas de fogo para garantir a segurança da população. Não há registro de que tais profissionais recebam assistência psicológica e psiquiátrica com periodicidade.

Nesse sentido, a Unidade Popular pelo Socialismo propõe:

1.1. Investimento em armas não letais e o treinamento dos agentes públicos com objetivo de reduzir a letalidade nas ações policiais;

1.2. Uso de câmeras no fardamento e nas viaturas de polícia como forma de promover segurança tanto para os policiais, como para a população;

1.3. Expandir as delegacias especializadas no enfrentamento à violência contra a mulher e fortalecer o protocolo de atenção integral, que possibilite uma rede que congregue todos os serviços necessários à execução das medidas protetivas;

1.4. Ampliar a Patrulha Maria da Penha e realizar o Programa Maria da Penha vai às Escolas, fazendo o trabalho de conscientização entre as mulheres desde cedo;

1.5. Fazer concurso para agentes de trânsito;

1.6. Fazer contratação temporária do demutran para grandes eventos, a fim de diminuir a carga horária dos efetivos;

1.7. Realizar a conferência municipal anual de segurança pública, com ampla participação popular;

1.8. Garantir iluminação em todos os bairros de Juazeiro, para além dos pontos de grande movimentação;

1.9. Priorizar o monitoramento de câmeras em ações nas regiões periféricas de Juazeiro;

1.10. Criar comitês de segurança em bairros com o objetivo de diagnosticar demandas de segurança pública, com cargos remunerados e eleitos pelos moradores;

1.11. Realizar acompanhamento psicológico e psiquiátrico contínuo para os trabalhadores da defesa pública;

1.12. Criar uma casa de referência e abrigo para mulheres;

1.13. Criar uma delegacia especializada na proteção de crianças e adolescentes;

1.14. Implementação, através de sistema escolar e dos meios de comunicação, de um programa permanente de educação para a justiça e a paz, articulado com investimentos sociais em creches, centros culturais e de formação técnica nas áreas de populações mais vulneráveis;

1.15. Promoção e viabilização da polícia comunitária e de um sistema de segurança comunitário;

1.16. Criar programas de capacitação de servidores públicos na área de segurança pública e enfrentamento à violência com promoção e defesa de direitos humanos;

1.17. Adotar uma política de drogas que não seja de repressão aos usuários;

1.18. Fortalecer as políticas no combate à violência contra a mulher;

1.19. Criar políticas públicas em defesa da população LGBTQIA+;

1.20. Articulação dos setores da Segurança Pública para criação de um sistema integrado de segurança da população no combate ao crime, priorizando a proteção da vida sobre o patrimônio.

1.21. Mais verbas para as políticas de combate ao racismo. Objetivo: Criar condições materiais para implementação de projetos e políticas de combate ao racismo;





CULTURA

“Não é ideal que o cenário cultural municipal seja construído pelo SESC e pelo CCBNB apenas, propomos a construção uma ação concorrente do município que expanda a produção de cultura em Juazeiro do Norte, tornando a cidade n’um celeiro cultural de fato.”



DIAGNÓSTICO

Juazeiro do Norte em 2023 estipulou que seus investimentos em cultura seriam de 7.792.800,00, o que representa 0,55% do orçamento municipal da prefeitura. Importantes equipamentos da SECULT em nosso município estão parados, a exemplo do Núcleo de Arte, Educação e Cultura Marcos Jucier e Teatro Marquise Branca.

Atualmente as principais atividades culturais na cidade são realizadas pelo SESC e Centro Cultural Banco do Nordeste do Brasil (CCBNB).

Em 2023 foi aprovado o novo Plano de Cultura de Juazeiro do Norte, que dá excessiva atenção a festivais como o JuaForró, assim como a chamada Cultura Tradicional enquanto as práticas culturais exercidas de fato pela juventude como as

batalhas de rap, fanzines, poesia, teatro e dança contemporânea são apenas citadas.

Podemos afirmar, portanto, que Juazeiro do Norte abandonou os investimentos em cultura, sub-financiando o setor e deixando parados os principais equipamentos culturais, assim como jogando os quatorze pontos de cultura (Dados do Mapa Cultural do Ceará) e as dezenas de coletivos teatrais e de literatura à própria sorte.

O acesso a financiamento é também inacessível e anti-democrático. Os editais são excessivamente burocráticos e a captação de recursos constitui-se enquanto um sonho distante para aqueles e aquelas que produzem manifestações culturais nas periferias de Juazeiro do Norte. Evidentemente que o município não pode ser responsabilizado pela escrita e termos dos editais, porém deveria ter um papel mais relevante em possibilitar que os pontos culturais, coletivos e artistas conseguissem acessar e disputar esses recursos.

O diagnóstico da cultura para Juazeiro do Norte é o pior e mais pessimista possível: Nossa política cultural é ultrapassada em seus conceitos, insustentável pelo seu sub-financiamento, assim como subordinada e dependente de aparelhos estaduais/nacionais.

Não é ideal que o cenário cultural municipal seja construído pelo SESC e pelo CCBNB apenas, propomos a construção uma ação concorrente do município que expanda a produção de cultura em Juazeiro do Norte, tornando a cidade n'um celeiro cultural de fato.

Dito isso, a Unidade Popular Ceará propõe:

1.1. Garantir 2% do orçamento municipal para cultura em Juazeiro do Norte, no mínimo.

Para possibilitar uma política cultural sustentável, que garanta minimamente o fomento e a manutenção dos equipamentos públicos é necessário que se invista, pelo menos, o mínimo.

Estabelecemos, portanto, o compromisso de atingir 2% de investimento em cultura, de forma a construir os alicerces de uma política cultural permanente.

A política cultural de Juazeiro do Norte está em situação de terra arrasada, a proposta inicial de 2% do orçamento nos possibilitará consertar o quadro para avançar na construção de um cenário ideal que garanta financiamento para os artistas e acesso para a população.

1.2. Reformar e garantir a vitalidade dos Equipamentos Culturais do Município

Consideramos urgente a reforma do Teatro Marquise Branca e do Centro de Arte, Educação e Cultura Marcos Jucier, assim como sua vitalidade. Não queremos monumentos parados a ocupar a paisagem urbana de nosso município, queremos equipamentos culturais vivos e dinâmicos. A reforma e abertura dos equipamentos culturais de Juazeiro do Norte será acompanhada de programações mensais de ações que contemplem as diferentes linguagens artísticas: Saraus literários, grupos de estudo, aulas, ensaios abertos, espetáculos teatrais e de dança, etc.

1.3. Festival anual de Teatro de Juazeiro do Norte

Anualmente a prefeitura lançará um edital convocando os diversos Coletivos de teatro da região a participar de um festival teatral organizado pelo município, fazendo uso dos equipamentos municipais, espaços públicos e de organizações parceiras. Os grupos participantes receberão cachê, assim como auxílio transporte visando facilitar seu deslocamento.

1.4. Fundar programa de Produtores Culturais públicos

Os editais voltados para o campo cultural são inacessíveis, excessivamente burocráticos e acabam por excluir os artistas que vivem em regiões mais vulneráveis do município, que possuem dificuldades na captação de recursos e, muitas vezes, sequer ficam informados dos editais abertos.

Com o objetivo de caminhar rumo a democratização da captação de recursos públicos propomos a criação de um quadro de servidores da Secretaria de Cultura voltados a ir até os pontos de cultura e coletivos informar sobre a abertura de editais, oferecendo auxílio e assistência no que for necessário para possibilitar que os grupos daquele espaço possam concorrer.

1.5. Realizar Concurso literário anual com literatos da região.

A Prefeitura fará um acordo com uma Editora de alcance Nacional visando publicar, anualmente, uma coletânea de contos de escritores juazeirenses. Os contos que formarão a coletânea serão selecionados através de concurso: A Secretaria de Cultura abrirá um edital, especificando quais critérios pesarão para a escolha dos contos, assim como estabelecendo os requerimentos de adequação, os artistas terão um prazo determinado para envio, após o qual a banca examinará todo o material, escolhendo ao final dez textos para formar a coletânea a ser publicada.

1.6. Estabelecer cota de trabalhos de literatura e quadrinhos de artistas contemporâneos juazeirenses nas bibliotecas escolares, públicas e comunitárias

A Secretaria de Cultura abrirá um programa de incentivo a alocação de obras de literatos e quadrinistas contemporâneos locais nas bibliotecas do município. Livros, graphic novel, fanzines, etc., todos os suportes serão abraçados.

1.7. Mapear e tomba como patrimônio cultural espaços relevantes para as tradições de matriz africana em Juazeiro do Norte.

Fazer, junto das comunidades de povos de terreiro do município, o mapeamento dos locais históricos para as religiosidades de umbanda e candomblé. Tombando esses locais como patrimônio histórico do município e protegendo-os de acordo com a legislação vigente.

2. INSTITUIÇÃO DE UM SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (SMBP) E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DO LIVRO E DA LEITURA (PML)

Desde o seu surgimento no Brasil, as bibliotecas públicas são espaços subfinanciados e precarizados, que jamais conseguiram se estabelecer enquanto o projeto de democratização do acesso à informação e ao conhecimento que se propunham a ser. O principal mote de uma biblioteca pública é oferecer acesso informacional a todas as pessoas, sem qualquer tipo de distinção.

Na prática, as bibliotecas públicas tornaram-se depósitos de livros velhos e mofados, onde acervos são constituídos sem critérios objetivos e programáticos, geralmente fruto de doações da comunidade que querem se livrar de papéis acumulados, tornando os ambientes insalubres e pouco acolhedores. Além disso, seu acervo é constituído de obras que vêm de cima para baixo, sem atenção às demandas de informação e leitura da comunidade que forma o entorno da biblioteca.

Outro marco derogatório na constituição das bibliotecas públicas se deu em meados da década de 70, quando mudanças nas diretrizes curriculares educacionais nacionais tornaram a pesquisa escolar obrigatória. Por ausência de bibliotecas escolares, os estudantes se voltaram para as bibliotecas públicas, que passaram a atender as demandas de pesquisa escolar, geralmente por meio de obras enciclopédicas, de forma que o acervo das bibliotecas públicas se alterou para abarcar essa demanda, gerando o fenômeno que ficou conhecido na literatura de biblioteconomia como “escolarização das bibliotecas públicas”.

Essa restrição de público e de acervo levou a uma percepção da biblioteca pública como um ambiente de estudantes e de pesquisa, afastando os outros públicos e as outras possibilidades de atuação. Atualmente, a biblioteca pública de Juazeiro do Norte é gerida conjuntamente pela Seduc e pela Secult. Esse fato contribui para a escolarização da biblioteca pública, além de dar uma desculpa para os gestores não investirem nas bibliotecas escolares, pois a demanda delas seria satisfeita pela biblioteca pública. É nesse sentido que propomos para Juazeiro do Norte:

2.1. Que a gestão da Biblioteca Pública seja feita pela Secult e pela Ação Social, pois a Ação Social é mais condizente com os propósitos de uma Biblioteca Pública;

2.3. Destinação de verba direta para a constituição de acervo, para que não se dependa exclusivamente de doações e de editais, dando à biblioteca a liberdade de compor um acervo relevante a partir das sugestões das pessoas que a frequentam e por meio do mapeamento de necessidades de informação e leitura mensuradas por estudos de comunidade;

2.6. Efetivação da Lei nº 12.244/2010, conhecida como Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, que exige a implementação de bibliotecas em todas as escolas públicas e privadas, com presença de bibliotecários. A implementação dessa lei tem sido burlada, com as escolas criando “Salas de Leitura” ou “Centro de Multimeios”, como forma de não contratar o bibliotecário. Esses espaços têm sido ocupados por professores readaptados que, embora desenvolvam trabalhos importantes nesses ambientes, não tem a formação técnica adequada para gerir estes espaços;

2.2. Funcionamento da Biblioteca Pública no período da noite e nos finais de semana. O funcionamento da Biblioteca Pública apenas no período comercial afasta o público adulto e trabalhador de seu ambiente;

2.4. Criação de Cargo de Bibliotecário Coordenador no quadro da prefeitura, a ser preenchido por meio de concurso público por bacharéis em Biblioteconomia, como coloca a lei LEI Nº 4.084, DE 30 DE JUNHO DE 1962, que regulamenta a profissão de bibliotecário;

2.5. Formar equipe mínima da biblioteca pública, por meio de concurso público, composta por: Bibliotecário(a), Auxiliar de biblioteca, Monitor(a) Infantil, Oficineiro(a), Contador(a) de histórias e Produtor(a) Cultural;

2.7. Criação de um Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas, com a Biblioteca Pública Possidônio da Silva Bem atuando como coordenadora e Bibliotecas Setoriais atuando nos bairros, cada uma com autonomia para compor seu acervo e atividades a partir dos interesses de cada comunidade;

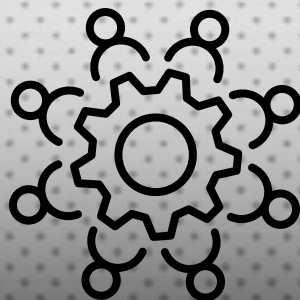
2.8. Incentivo à criação de bibliotecas comunitárias nos bairros, atuando em parceria com as bibliotecas públicas, tendo as primeiras sua autonomia de gestão preservada;

2.9. Implementação de um Plano Municipal do Livro e da Leitura, que tenha por objetivo fomentar a democratização do acesso à informação qualificada e impulsionar o circuito editorial e literário do município;

2.10. Criação de Serviço de Informação à Comunidade nas bibliotecas públicas;

2.11. Garantir através da secretaria de Direitos Humanos e Combate ao Racismo a ser criada, medidas contra a intolerância às religiões de matriz africana (Candomblé e Umbanda). Objetivo: Garantir a efetividade da liberdade religiosa, combate ao racismo e respeito às religiões de matrizes africanas;

2.12. Retirada de estátuas, nomes de ruas e praças, que fazem referência a racistas e fascistas para Garantir que homenagens sejam feitas apenas a defensores do povo;





MEIO AMBIENTE

"O quadro de funcionários da pasta é insuficiente para atender as necessidades de cobertura de todos os bairros de Juazeiro do Norte, deixando muitas regiões desamparadas."



DIAGNÓSTICO

A ciência vem alertando sobre os impactos da ação humana no meio ambiente desde meados da revolução industrial. Porém, os alertas foram sistematicamente ignorados, uma vez que considerá-los necessariamente iria interferir no avanço desenfreado do capitalismo industrial e nos lucros da burguesia.

Além de ignorar os alertas, a burguesia financiou ativamente o negacionismo climático, fraudando pesquisas que buscavam minimizar a percepção desse impacto, colocando-o como fruto dos processos geológicos naturais da terra ou pintando-os como mentiras e exageros.



Quando se tornaram inegáveis os problemas ambientais, a ideologia neoliberal adotou a estratégia de responsabilizar o consumo individual pelos danos ao meio ambiente. Tornaram-se comuns campanhas de "conscientização" que visavam incentivar as pessoas a separar o lixo em suas casas, parar de usar sacolas plásticas, economizar água, deixar de usar itens descartáveis e por aí segue.

Essa campanha escamoteia o fato de que os verdadeiros responsáveis pelos desastres ambientais, que vem se tornando mais frequentes e que ameaçam acabar com a possibilidade de vida humana na terra, são esmagadoramente culpa da lógica de reprodução do capital.

Nesse sentido, consideramos que a solução para a chamada “questão ambiental” passa por questionar radicalmente a lógica do capital e promover mudanças estruturais no modo de produção. Preservar o ambiente é sinônimo de lutar pelo socialismo. A máxima “socialismo ou barbárie” pode agora ser substituída por “socialismo ou extinção”. Construir uma outra sociedade é mais urgente do que nunca!

É desse ponto de vista que apresentamos a situação ambiental de Juazeiro do Norte e colocamos propostas para a cidade.

O município de Juazeiro do Norte está localizado na região Sul do Ceará, no Vale do Cariri, e apresenta área territorial de 249 km² com um total de 249.939 habitantes e densidade demográfica de 1006,91hab/km² (IBGE, 2010). Nos últimos anos, o município conta com o aumento acelerado da população urbana (taxa de urbanização de 95,3%), aliado ao desenvolvimento imobiliário e industrial. Este crescimento acaba comprometendo a conservação e preservação das áreas verdes da cidade. O principal ambiente verde da cidade de Juazeiro do Norte foi criado pelo Decreto Municipal Nº 1.083, de 23/03/95, o Parque Ecológico das Timbaúbas com área total de 634,50 hectares, é um local de suma importância para a população de Juazeiro do Norte, pois, no interior do

Parque estão localizadas 11 fontes naturais, que são responsáveis por 70% do abastecimento da cidade com água potável (de acordo com a Reunião Regional da SBPC no Cariri – 02 a 06 de maio de 2017 – URCA – Cariri/CE 2 SEMACE, 2012), além de favorecer um ambiente de diversão e lazer.

A água na cidade é abundante, no entanto, nossa cidade é considerada a 95ª entre as 100 cidades que mais poluem no Brasil, sendo que, devido aos altos níveis de poluição, poços artesianos já foram desativados por contaminar o lençol freático. Problemas gerais como a falta de saneamento básico, descarte correto do lixo, apoio aos animais em situação de rua, e políticas de preservação ambiental no geral ainda são escassas. Hoje, nossa cidade não tem a atenção que merece quando falamos de Meio Ambiente.

1. O QUE PROPOMOS

1.1. Implantação da Lei do Bem Estar Animal, com amplo suporte aos animais em situação de rua;

1.2. Construção de Tetos Verdes em espaços públicos como pontos de ônibus, quiosques e residências

1.3. Apoiar a implantação do projeto de recuperação do Rio Salgado, dotando-o de vegetação nativa para proteção de suas margens e implantação de equipamentos para uso sustentável onde for possível;

1.4. Buscar alternativas para um uso saudável do Parque Ecológico das Timbaúbas pela população juazeirense, por meio de uma requalificação para prática de esporte, lazer com qualidade e segurança;

1.5. Criar a Patrulha Ambiental da Guarda Municipal com o objetivo de amenizar o abandono e maus-tratos de animais, além de proteger toda a biodiversidade e o meio ambiente do município;

1.6. Fortalecer o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), intensificando a pauta do bem-estar animal;

1.7. Incentivar o uso de fontes de energias renováveis, inclusive, implantando sistemas de captação de energia solar na construção de novos prédios públicos do município.

1.8. Programa de parceria com a agricultura familiar para abastecimento da merenda escolar;

1.9. Revisão das licenças ambientais das construções privadas, com interrupção e cobrança de indenização em situações irregulares. Revitalização do ambiente nativo contra a especulação imobiliária;

1.10. Parceria com o governo estadual e federal na celeridade do projeto de revitalização do rio Salgadinho;

1.11. Defesa política da Cagece 100% estatal, pública e sob controle de trabalhadores(as) e do povo;

1.12. Cobrança rígida da Cagece para preservação das águas subterrâneas, distribuição efetiva a toda população, em do desperdício, drenagem de águas pluviais e tratamento sustentável do esgoto;

1.13. Tarifa de água e esgoto subsidiada a pessoas de baixa renda e progressiva aos mais ricos;

1.14. Promoção da política de caixas de óleos e gorduras em estabelecimentos públicos e comerciais;

1.15. Aplicação de Educação Ambiental no currículo escolar da educação básica do município com fomentação de espaços como Atividades públicas de meio ambiente e outras;

1.16. Política de resíduos sólidos que tenha inclusão social das cooperativas e associações de catadores;

1.17. Política de resíduos sólidos que tenha inclusão social das cooperativas e associações de catadores.



MORADIA

“Apesar do preocupante número no déficit habitacional o mercado imobiliário no Cariri está superaquecido, com um fortalecimento da especulação imobiliária na economia local.”



DIAGNÓSTICO

Juazeiro possui uma população de 286.120 pessoas segundo o censo de 2022, com densidade demográfica de 1.105,62 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo dados do relatório de Demanda Habitacional no Brasil (DHB) elaborado pela Caixa Econômica Federal, o déficit habitacional de Juazeiro do Norte é de 7.500 residências.

Apesar do preocupante número no déficit habitacional o mercado imobiliário no Cariri está superaquecido, com um fortalecimento da especulação imobiliária na economia local. Só em entre 2021 e 2022 foram emitidos, segundo dados da própria prefeitura, 2.421 alvarás de construção para indústria da construção civil.

O crescimento da especulação imobiliária é sentido pela população mais pobre através do aumento do preço dos aluguéis e do custo de vida nos bairros mais próximos do centro. A supervalorização de imóveis em Juazeiro foi de 1.900% segundo dados reunidos por reportagem do Diário do Nordeste.



Diante deste problema os Governos Municipais, assim como as diferentes legislaturas da Câmara de Vereadores pouco tem feito. Segundo levantamento realizado por Geovane Gesteira Sales Torres, Maria Mirelly da Costa Silva e Diego Coelho do Nascimento, estudantes da UFCA, entre 2000 e 2020 foram aprovadas 180 leis de doação de terras públicas, destas apenas 11 se destinavam à moradia, sendo a maioria esmagadora destinada para empreendimentos empresariais.

Os investimentos em moradia popular tem sido feitos especialmente pela União através do programa Minha Casa Minha Vida, que ficou paralisado por quatro anos durante o governo Bolsonaro, substituído pelo inócuo Casa Verde e Amarela. Para atender aos interesses da especulação imobiliária, que almeja manter os preços altos, esses conjuntos são colocados em espaços distantes do centro, o que gera dificuldades de acesso à cidade para esta população já economicamente vulnerável.

Tendo em vista essa conjuntura, propomos:

1.1. IPTU PROGRESSIVO, QUEM TEM MAIS, PAGA MAIS.

Para financiar iniciativas de construção de moradias populares como mutirões de construção de residências, doações de conjuntos habitacionais, etc. vemos como primordial a reforma do sistema de cobrança sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), diminuindo a taxaço sobre quem possui até dois imóveis e aumentando a taxaço, de forma proporcional, a partir de três imóveis.

1.2. FAZER VALER O ESTATUTO DAS CIDADES: DESAPROPRIAR IMÓVEIS SEM FUNÇÃO SOCIAL! IMPLEMENTAR A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto das Cidades, prevê que prédios sem função social sejam desapropriados. Nos esforçaremos para cumprir a lei, mapeando no município de Juazeiro do Norte prédios sem função e, a partir daí, elaborar um banco de moradia, visando doar o prédio ou terreno desapropriado para moradia popular de forma gratuita.

1.3. ENTREGA DE TERRAS PÚBLICAS PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIA POPULAR

Utilizar os terrenos de propriedade do poder público em Juazeiro do Norte para a construção de habitações populares, acelerando o processo de resolução do déficit habitacional local.

1.4. FORTALECER A ATUAÇÃO DO CENTRO POP DE JUAZEIRO DO NORTE

O Centro Pop de Juazeiro do Norte realiza um importante trabalho de acompanhamento da população de rua, porém, a despeito do respeitável esforço realizado por estes profissionais, o alcance é insuficiente.

Após seis anos de governo Temer-Bolsonaro, que fomentaram a destruição e flexibilização de um conjunto de direitos básicos, a população de rua aumentou sensivelmente principalmente nas cidades com mais de 100 mil habitantes (81,5%, dos quais 18% estão no Nordeste segundo o Cadúnico).

A demanda sobre o Centro Pop aumentou consideravelmente e a oferta do serviço precisa ser incrementada para fazer jus às exigências do presente, com maior investimento, modernização e contratação de mais servidores via concurso público.

1.5. MAPEAR CONSTRUÇÕES SEM ALVARÁ

Investigar prédios, condomínios e conjuntos habitacionais construídos à revelia do poder público, sem alvará e que possam ser categorizados enquanto esbulho possessório, isto é, invasão de terra com fins de lucro, multando exemplarmente e embargando projetos futuros apresentados pelo infrator ou CNPJ a ele associado.

1.6. MULTIRÕES DE HABITAÇÃO

Com recursos advindos de multas aplicadas contra construtores irregulares e doações de terras públicas para moradia serão financiados mutirões de habitação, em que as próprias comunidades, com constante assistência técnica da

prefeitura, construirão suas moradias, de preferência em locais próximos ao centro, levando em conta o respeito ao Plano Diretor.

1.7. APOIO A OCUPAÇÕES, REPRESSÃO ÀS INVASÕES

Entendemos como legítimas ocupações de terras sem função social visando chamar a atenção do poder público. O governo, de caráter popular, será próximo desses processos, dando assistência para os assentados ao mesmo tempo em que procura dar celeridade à doação do terreno, assim como a construção das casas e construção de equipamentos públicos.

Por outro lado invasões serão exemplarmente punidas com multas e embargos previstos em lei. Entendemos invasão como construção ilegal, com fins de lucro, em terras públicas, assim como grilagem e outras formas de fraude fundiária.

1.8. COMBATE À GENTRIFICAÇÃO

Dar prioridade para moradia popular nas doações de terrenos próximos a Prefeitura. Fazer uso do direito a Preempção para adquirir prédios, terrenos e casas nos bairros mais centrais e entregar estas estruturas para famílias sem teto, enfrentando a tendência de afastar para locais mais distantes os beneficiados por programas de habitação.

O objetivo é baixar os preços de alugueis e de compra e venda de imóveis nas regiões mais valorizadas da cidade.





ESPORTE

“Juazeiro do Norte conta com um conjunto de equipamentos públicos de esporte e lazer, principalmente praças, esses espaços, contudo, contam com péssima manutenção, má iluminação e arborização deficitária”



DIAGNÓSTICO

Juazeiro do Norte conta com um conjunto de equipamentos públicos de esporte e lazer, principalmente praças, esses espaços, contudo, contam com péssima manutenção, má iluminação e arborização deficitária, os tornando pouco atrativos para a população. As praças públicas melhor cuidadas são as principais, Praça da Prefeitura, Giradouro e Praça Pe. Cícero, principalmente.

É possível afirmar, então, que a manutenção das praças públicas de Juazeiro do Norte é voltada para a lógica da maior visibilidade. Nas regiões com maior movimentação e, portanto, maior visualização, as praças são melhor cuidadas, porém recebem menos atenção nos locais mais afastados e com menor foco.



Nesse sentido encontramos bairros de grande extensão como, por exemplo, o São José que não contam com uma praça pública sequer.

As ofertas de espaços públicos para prática de esportes variados em Juazeiro do Norte é também limitada, com excessivo foco em futebol e futsal, sendo poucos os espaços dedicados a ciclismo, skateboarding, basquete, vôlei e artes marciais.

Não são encontradas academias públicas em todas as praças, não existindo também amplas campanhas que incentivem ao seu uso. As academias públicas existentes estão localizadas em péssimas localizações, em áreas sem arborização, o que prejudica seu uso durante o dia.

O déficit na democratização do esporte e a falta de amplas campanhas de incentivo à prática do exercício físico tem resultado nos péssimos números do município por mortes por doenças cardiovasculares. Segundo o Caderno de Informação em Saúde da região de Juazeiro do Norte a municipalidade homônima tem 66 mortes causadas por problemas cardíacos por 100 habitantes, sendo a média cearense 53 mortes por 100 mil habitantes.

Dentre as mortes com causas definidas em Juazeiro do Norte, 28% estão relacionadas a problemas cardiovasculares cujas causas estão associadas à hipertensão, sedentarismo, obesidade e alimentação inadequada.

A democratização da prática do exercício físico e do esporte é imprescindível para a elaboração de um programa de saúde preventiva em nosso município, assim como possibilitará lazer para a população de forma gratuita e de fácil acesso.

1. ESPORTE E DEMOCRACIA

O esporte é uma atividade de enorme importância para a vida humana e a sociedade, além disso, a prática de atividade física ajuda a regular o corpo e a mente, aumentar a autoestima, regular o sono, diminuição do estresse e outros de outros fatores que ajudam o praticante a ter uma vida mais saudável. A prática de atividades físicas pode ser feita por qualquer pessoa, a depender da modalidade e de adaptações feitas aos diversos corpos e mentes de nossa sociedade.

Sabendo disso, é importante destacar que, além dos benefícios individuais, o acesso a esporte e lazer é, sim, uma das características que constitui a democracia. Numa sociedade realmente democrática, deve haver acesso à cultura, saúde de população

qualidade e transporte, e, nem mais e nem menos importante, deve possuir acesso ao esporte e lazer. O investimento e incentivo nas práticas esportivas e espaços de lazer para um povo, além de ser um direito, é uma forma de promover melhorias na qualidade de vida da população.

A mídia, academias (os famosos crossfit), e até a moda (no geral, tudo isso é burguesia) estão lucrando sob essa visão amplamente divulgada acerca dos benefícios de se exercitar, mas o que isso trouxe para a classe trabalhadora? Nada, afinal, se há lucro para a burguesia em cima de algo que é um direito dos trabalhadores, certamente não sobrar nada de proveitoso para nós. Neste sistema, praticar esporte é algo para quem tem dinheiro.

Um governo democrático deve mudar a atual situação e universalizar o acesso ao esporte e lazer de qualidade. Portanto, defendemos que todo cidadão deve ter plenas condições de praticar atividade física, mas, para isso, devemos dispor de mais quadras poliesportivas, praças, academias populares, parques e outros locais e equipamentos de qualidade para que essa proposta possa se tornar realidade.

1.1. Ampliar ciclofaixas pelas avenidas e ruas de alto fluxo de automóveis (São Pedro e São Benedito, por exemplo) e, junto, fazer ampla divulgação dos benefícios ao andar de bicicleta;

1.2. Criar o Bicicleta Popular, projeto da prefeitura que disponibiliza bicicletas gratuitas nas principais praças de cada bairro, incentivando a população a usar mais a bicicleta tanto para melhoria da saúde quanto facilitar a mobilidade pela cidade;

1.3. Investir em formação dos novos atletas, através de criação de escolinhas das mais diversas modalidades esportivas, dando maior visibilidade aos bairros mais pobres;

1.4. Reavaliar e fazer adaptações aos Jogos Estudantis (JEJUNOS), principalmente na estrutura;

1.5. Implantar os jogos universitários, em parcerias com as instituições de ensino superior;

1.6. Implantar os jogos dos servidores públicos;



1.7. Desenvolver um programa de esporte na praça, que possa alcançar todos os públicos, em especial as pessoas da terceira idade. Esse programa deve ser desenvolvido em parceria com a Secretaria de Saúde e os cursos de educação física das universidades públicas;

1.8. Desenvolver programa de ginástica funcional, aeróbica e dança nas quadras ou praças situadas na área rural do município;

1.9. Criar um amplo programa de estágio remunerado, em parceria com as universidades públicas. Através dele, o município disporá de mão de obra qualificada para auxiliar no desenvolvimento das mais variadas atividades e promoverá a geração de emprego e renda.

1.10. Semana do esporte contra a depressão: Projeto que consiste em divulgar e propagar as práticas esportivas, de lazer e saúde nas escolas;

1.11. Utilização das praças esportivas já existentes para práticas de jogos e brincadeiras visando inclusão de crianças e jovens PCD;

1.12. Calendários semanais estabelecidos para prática de jogos como Basquete, Vôlei, Handebol, dentre outros, com a proposta de que o futsal e society não sejam as únicas práticas utilizando esses espaços;

1.13. Com a ajuda do Estado, melhorar as estruturas das academias populares, além de ampliar esses espaços para mais praças para que mais pessoas tenham acesso a formas alternativas de se manter saudável;

1.14. Encontrar, junto à profissionais de Educação Física e Dança, formas e espaços possíveis para prática de aulas de Dança para pessoas que não queiram necessariamente praticar um esporte, mas encontrem na Dança uma forma de se manter saudáveis.



LGBTQIA+

“Não bastando a carência de centros de referência, ou de medidas afirmativas para que esses números sejam reduzidos, a cidade também engaja em um profundo pânico moral”



DIAGNÓSTICO

Segundo levantamento de 2022, Juazeiro do Norte, ao lado do Rio de Janeiro, é quarta cidade do país que mais mata pessoas LGBT, sendo, portanto, um dos lugares mais perigosos do mundo para ser LGBT. Esse dado alarmante nos mostra que as políticas públicas para LGBTs em Juazeiro não podem ser mera formalidade: devem ser ativas, fortes, incisivas.



Não bastando a carência de centros de referência, ou de medidas afirmativas para que esses números sejam reduzidos, a cidade também engaja em um profundo pânico moral, vide a aprovação da lei N.º 4853 de 7 de maio 2018, aprovada na Câmara de Juazeiro do Norte, que solidifica os instrumentos de segregação e marginalização dessas pessoas.

A referida lei “veda a ideologia de gênero na Rede Pública Municipal de Ensino”. A terminologia “ideologia de gênero” é aquela que, com a falsa pretensão de proteger as crianças de “exposição precoce” à “assuntos inapropriados”, na prática, serve para vetar medidas educativas que visem reduzir o preconceito, e até mesmo o ensino de educação sexual que protege as crianças de abusos.

Atualmente, a cidade de Juazeiro conta com alguns órgãos destinados a tratar das questões LGBT.

Citamos aqui:

a) Conselho Municipal dos Direitos LGBT (prefeitura);

b) Núcleo de Gênero e Diversidade de Juazeiro do Norte (prefeitura) ;

c) Casa da Diversidade Cristiane Lima (OSC);

d) Associação Caririense de luta Contra Aids (no mesmo local da casa da diversidade, OSC);

e) Associação Beneficente Madre Maria Villac (ABEMAVI, OSC).

Podemos perceber que é principalmente a sociedade civil organizada que luta pelas pessoas LGBT em Juazeiro. Apesar de alguns órgãos do poder público estarem presentes, e com certeza contarem com pessoas que estão tentando fazer essa luta, não é suficiente para retirar Juazeiro do seu vergonhoso 4º lugar em assassinato de pessoas LGBT.

Além disso, está prevista desde 2020 a criação de Centro de Referência LGBT em Juazeiro do Norte, porém, tal proposta nunca foi levada a cabo.

A unidade Popular acredita que, para resolver estes amplos problemas estruturais dos quais sofre a comunidade LBTPQIA+ na cidade de Juazeiro do Norte, faz se necessária a ampla participação do poder público municipal e do Conselho Municipal LGBT, que devem atuar com projetos e políticas públicas nas referentes áreas: moradia, saúde, emprego e segurança. Seguindo essa ótica, foram elaboradas pela militância da UP na cidade, por meio da ampla discussão e utilizando-se do acúmulo das diversas experiências das pessoas LGBT que constroem o partido, as seguintes propostas:

1.1. Politização da Parada LGBTQIAPN+, por meio da execução de um Seminário “pré-parada”, onde, antes da festa, se enfatizaria o caráter político da luta das LGBTs;

1.2. Concursos públicos com vagas reservadas para pessoas trans e travestis;

1.3. Editais de cultura com vagas reservadas para pessoas trans e travestis;

1.4. Revogação imediata da lei nº 4.853 de 7 de maio de 2018;

1.5. Ambulatório especializado para pessoas trans e travestis;

1.6. Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) LGBT;

1.7. Parceria com a Secretaria de Saúde para, por meio dos agentes de saúde, fazer busca ativa das pessoas LGBTs e acompanhar sua saúde mental, sexual e reprodutiva;

1.8. Capacitação de todos os profissionais da saúde para o atendimento das pessoas LGBTs e suas demandas específicas de Saúde;

1.9. Cartilha de saúde sexual e prevenção das ISTs para mulheres e pessoas não binárias lésbicas e bissexuais;

1.10. Facilitação do acesso à transição gratuita e assistida pelo SUS para pessoas trans e travestis;

1.11. Garantia de proteção e redução de danos para pessoas trans e travestis em situação de prostituição;

1.12. Criação de casas de acolhimento específicas para a comunidade LGBTQIA+, em local sigiloso, semelhante a casa de proteção às mulheres em situação de violência;

1.13. Agência de oportunidades (empregabilidade e cursos de formação) voltadas à população LGBTQIA+;

1.14. Projetos de formação continuada contra LGBTfobia e atendimento ao público voltado às pessoas LGBTQIAPN+ para servidores públicos e municipais;

1.15. Programa constante de retificação de nome para pessoas trans e travestis, entre órgãos do governo municipal e estadual;

1.16. Mutirão de combate à violência contra pessoas LGBT, especialmente trans e travestis que se encontram em situação de prostituição;

1.17. Produção de cartilha de combate à violência;

1.18. Acervo da Memória LGBT de Juazeiro do Norte na biblioteca pública municipal, destacando a história da luta dessa população da cidade.



EMPREGO E PREVIDÊNCIA



“A precarização do trabalho avançou consideravelmente com a diminuição de empregos formais e aumento dos cadastros de microempreendedores individuais (MEI) que hoje correspondem a 54% dos trabalhadores ocupados no município”

DIAGNÓSTICO

Juazeiro do Norte conta com um conjunto de equipamentos públicos de esporte e lazer, principalmente praças, esses espaços, contudo, contam com péssima manutenção, má iluminação e arborização deficitária, os tornando pouco atrativos para a população. As praças públicas melhor cuidadas são as principais, Praça da Prefeitura, Giradouro e Praça Pe. Cícero, principalmente.

É possível afirmar, então, que a manutenção das praças públicas de Juazeiro do Norte é voltada para a lógica da maior visibilidade. Nas regiões com maior movimentação e, portanto, maior visualização, as praças são melhor cuidadas, porém recebem menos atenção nos locais mais afastados e com menor foco.

Nesse sentido encontramos bairros de grande extensão como, por exemplo, o São José que não contam com uma praça pública sequer.

As ofertas de espaços públicos para prática de esportes variados em Juazeiro do Norte é também limitada, com excessivo foco em futebol e futsal, sendo poucos os espaços dedicados a ciclismo, skateboarding, basquete, vôlei e artes marciais.

Juazeiro do Norte é a maior cidade do Cariri, possuindo Produto Interno Bruto de 4 427 525,37, apesar disso fica em 22º no ranking do PIB per capita estadual e 48% da população vive com até um salário mínimo e meio por mês segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) o setor que mais emprega em Juazeiro do Norte é o de serviços, alocando 20,5% da classe trabalhadora no município, seguido de administração pública, defesa e seguridade social (14,3%), serviços de escritório (9,1%), educação (8,8%), atividades de atendimento à saúde humana (8,4%) e fabricação de calçados (3,2%). A economia é, portanto, alimentada majoritariamente pelo setor terciário, constituído majoritariamente por empresas de pequeno porte (34,2%).

A desigualdade de acesso ao mercado de trabalho marca também a economia de Juazeiro do Norte, com os homens tendo mais facilidade de acesso em todas as faixas etárias: 18 a 24 anos (4,57 mil homens, 4,15 mil mulheres), 25 a 29 anos (4,6 mil homens, 4,23 mil mulheres), 30 a 39 anos (8,6 mil homens, 7,8 mil mulheres), 40 a 49 anos (5,5 mil homens, 2,9 mil mulheres), 65 ou mais (259 homens, 184 mulheres).

A remuneração do trabalho por raça no município reproduz a tendência nacional de maior remuneração para trabalhadores brancos (média de 2202 reais para homens e 1961 para mulheres) em relação a outras raças/etnias (indígena: 1338 para homens, 1949 para mulheres; pretos: 1455 para homens, 1358 para mulheres).

A precarização do trabalho avançou consideravelmente com a diminuição de empregos formais e aumento dos cadastros de microempreendedores individuais (MEI) que hoje correspondem a 54% dos trabalhadores ocupados no município, isso quer dizer que mais da metade dos trabalhadores de Juazeiro do Norte não possuem direito a licença remunerada para tratamento de saúde, licença maternidade, aposentadoria ou seguro desemprego.

A economia de Juazeiro do Norte é, portanto, deficitária em vagas de trabalho no setor industrial, assim como empregos de alta complexidade, concentrando postos no comércio varejista. Outro problema fundamental é a desigualdade de acesso e remuneração, mulheres encontram maior dificuldade de conseguir emprego do que homens e brancos tem maior remuneração que pessoas negras e indígenas.

A previdência de Juazeiro do Norte é administrada pela autarquia Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte-CE (PREVJUNO), cujo investimento orçamentário para 2023 foi 127.627.550,00. Pela legislação atual os servidores públicos segurados tem uma alíquota de 11% de seu rendimento líquido arrecadados pelo Fundo que enfrenta atualmente um déficit anual de 57 milhões de reais.

**Nesse sentido a
Unidade
Popular pelo
Socialismo em
Juazeiro do
Norte propõe:**



1.1. Alíquota progressiva de contribuição com a PREVJUNO sem aumento de idade mínima para aposentadoria.

Entendemos a importância de uma reforma da previdência de Juazeiro do Norte, porém queremos uma reforma que torne o sistema previdenciário municipal mais justo, não que dificulte ainda mais a vida dos servidores e servidoras, assim propomos uma reforma que estabeleça o princípio da alíquota progressiva em concordância com a elaboração realizada pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Juazeiro do Norte (SISEMJUN).

Proposta de mudança nas alíquotas de contribuição:

Faixas de Salário de Contribuição (SC)	Alíquotas sobre a Totalidade do SC
Até R\$ 1.640,00	10,50%
De R\$ 1.640,01 a 2.460,00	11%
De R\$ 2.460,01 a 3.690,00	12%
De R\$ 3.690,01 a 5.535,00	13%
De R\$ 5.535,01 a 8.302,50	14%
De R\$ 8.302,51 a 12.453,75	15%
A partir de R\$ 12.453,76	16%

1.2. Campanha contra discriminação de mães solas em Juazeiro do Norte

Serão criadas forças tarefas de fiscalização das vagas de emprego oferecidas pelas empresas locais. Estabelecimentos que praticarem discriminação contra mulheres com filhos pequenos serão notificadas e sofrerão embargos de acordo com as leis trabalhistas.

1.3. Geração de emprego em massa com condições dignas garantidas.

A prefeitura, em parceria com o Governo do Estado, fará a adoção de um plano de obras, reparos e serviços públicos, com o intuito de gerar empregos para a população juazeirense.

1.4. Mais oportunidades para a agricultura familiar do município.

- Adquirir produtos e alimentos para a merenda escolar direto de produtores da agricultura familiar do município;
- Incentivar os pequenos e médios supermercados locais a comprarem produtos e alimentos de produtores do município, oferecendo incentivos fiscais.

1.5. Suporte e incentivo para os pequenos empreendedores.

- Parcerias para liberação de microcrédito municipal com taxas de juros inferiores às do mercado, estrutura e incentivo a pequenos empreendedores para a criação de hortas públicas, agricultura familiar, ecoturismo, turismo religioso bem como de outras áreas de atuação.
- Fornecimento do suporte às cooperativas em seus mais diversos campos, visando instruí-las para os processos de licitação com preferência;

1.6. Redução da Jornada de Trabalho do serviço público para 6 horas diárias garantindo a ampliação de salários.

1.7. Criação de Agência Municipal do Primeiro emprego, com banco de dados de emprego específico para a juventude.

A proposta tem como objetivo centralizar a organização das vagas de trabalho destinada aos jovens;

1.8. Garantia aprovação de lei que destine 30% das vagas em concursos públicos municipais aos negros e indígenas visando garantir acesso da população negra a postos públicos de trabalho;



TRANSPORTE

“O transporte público de Juazeiro do Norte se encontra em uma situação caótica, marcado por ruas sem a devida pavimentação, grandes áreas sem cobertura, monopólio e inacessibilidade”



DIAGNÓSTICO

Juazeiro do Norte ocupada uma área de 258,788 km², com uma população de 276.264 habitantes e vivencia um fenômeno de crescimento da especulação imobiliária que expande a cidade de forma rápida e sem planejamento. Nesse contexto apenas uma empresa fornece transporte público para os cidadãos, a Viametro, que não cobre todo o município.

Bairros como João Cabral, Pedrinhas, Campo Alegre e Leandro Bezerra estão completamente desassistidos de transporte público e outras zonas distantes, como a Betolândia, Cidade Universitária e Frei Damião contam com um atendimento insuficiente.

O transporte público de Juazeiro do Norte se encontra em uma situação caótica, marcado por ruas sem a devida pavimentação, grandes áreas sem cobertura, monopólio e inacessibilidade, tendo em vista que até 48% da população vive com até um salário mínimo e é justamente a parcela que mais precisa do transporte coletivo.



Nesse sentido propomos:

1.1. Redução da tarifa de transporte público garantindo que o gasto com transporte não ultrapasse 5% do salário mínimo. Realizar ações que garantam esse valor do transporte;

1.2. Criação de uma empresa pública municipal de transporte. Objetivo: Oferecer um serviço de qualidade e com preço módico a toda população, a garantia do direito de ir e vir está acima do lucro, reduzindo a necessidade do uso de carros particulares diminuindo a emissão de gás carbônico e a poluição na cidade, além da geração de empregos a partir de concursos públicos;

1.3. Fim da máfia do transporte: Auditoria de todos os contratos de concessão do transporte coletivo e paulatina transferência das concessões para empresas públicas. Objetivo: Combater a sonegação fiscal, resgatar o dinheiro público do transporte municipal para ampliar o acesso da população. Investigar e eliminar as possibilidades de corrupção nas relações entre os empresários do transporte e a gestão municipal;

1.4. Passe livre para os estudantes e desempregados durante toda a semana, incluindo os domingos e feriados. Objetivo: Garantir o acesso dos estudantes a educação e ao lazer. Facilitar a vida do trabalhador desempregado na sua busca por emprego. Sem salário o direito de ir e vir do trabalhador está prejudicado. É necessário permitir a sua movimentação na busca por emprego;

1.5. Criação, melhorias e ampliações de terminais de transporte coletivos para integração dos diferentes serviços. Objetivo: Facilitar a circulação na cidade gastando menos, aproveitando a geografia e interligando ônibus, metrô e trens;

1.6. Regulamentação do transporte alternativo: Objetivo: Garantir segurança para os passageiros através do cadastro de todos os condutores que operam nesse serviço, especialmente os oferecidos por aplicativos;

1.7. Elaborar um aplicativo municipal de transporte onde motoristas de carro e moto possam se cadastrar para trabalhar, ficando com 95% do valor da corrida, sendo a taxa de serviço de 5% apenas para a manutenção do sistema.

1.8. Realização da Conferência municipal de transporte.
Objetivo: Garantir a participação da sociedade nos debates referentes ao transporte. O conselho terá um caráter propositivo, sendo subordinado ao Conselho da Cidade, órgão que existirá como espaço de participação da população nas decisões políticas da cidade;

1.9. Estabelecimento do Conselho Municipal de Transportes, garantindo ampla participação da sociedade civil.

